

Mailson afirma que só paga juros com empréstimo

Brasília — Protásio Nêne

BRASÍLIA — O Brasil só terá condições de pagar os juros da dívida externa, no período de 1º de janeiro à data de assinatura do acordo definitivo com os bancos credores, mediante a liberação de um empréstimo-ponte que permita ao país o pagamento de dois terços do montante dos juros. O Brasil possui reservas para cobrir apenas um terço dos juros da dívida.

“O empréstimo-ponte já está implícito desde a primeira negociação, uma vez que se esperava a conclusão dos termos do acordo parameados de janeiro”, afirmou Mailson. Como este prazo deve se dilatar por cerca de seis meses — de três a seis meses, na avaliação do ministro — é necessário que os credores desembolsem sua parte. “Essa não é a solução ideal, mas é uma parte importante de uma estratégia que tem por objetivo assegurar o mais rápido possível o clima para retomada dos investimentos”, disse.

Justificando a demora na assinatura do acordo, Mailson da Nóbrega explicou que primeiro é necessário um entendimento sobre o conjunto de condições juntamente ao comitê de assessoramento da dívida, para depois submetê-lo aos bancos, precisando o país de uma adesão de, no mínimo, 90% dos credores. A fase seguinte é o exame das condições contratuais, efetivada por advogados de ambas as partes, e só então se procede à assinatura do acordo.

Projetando a capacidade do Brasil de arcar com um terço dos juros, o ministro citou como referência à balança comercial de 1987 e a estimativa

para 1988, em torno de US\$ 9 bilhões ou US\$ 10 bilhões. Sobre o empréstimo-ponte, os negociadores brasileiros já travaram as primeiras discussões com os membros do comitê de assessoramento e com autoridades do governo norte-americano.

“Não é o poder da maioria que melhora as condições de negociação do Brasil com seus credores, mas, sobretudo, a realização de um programa interno coerente que promova o desenvolvimento do país”, afirmou Mailson, ao negar que o país enfraqueceria sua posição ao iniciar o pagamento dos juros. Ele negou que os bancos europeus e japoneses estejam querendo abandonar o comitê de assessoramento, como retaliação à recusa do Brasil em pagar os juros correntes.

Informando que indagou ao presidente do Banco Central, Fernando Milliet, sobre o assunto, Mailson afirmou que há “indicações claras de que o clima de entendimento e cooperação está sendo construído de forma rápida”. Segundo ele, com a liberação do empréstimo-ponte não haverá problema para o país em assinar um acordo provisório até que sejam concluídas as negociações com os bancos credores.

Ao negar a informação sobre o valor dos juros a serem pagos até a assinatura do acordo definitivo, o ministro explicou que o cálculo é difícil já que os juros não se distribuem uniformemente ao longo dos meses. “Estamos remontando o fluxo de caixa, em vista das novas informações sobre as possibilidades da balança comercial de 1988, bem como dos resultados da balança em 1987”, disse o ministro.



Mailson: “O que melhora as condições para negociar é um plano de desenvolvimento”